A INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOB O GRANDE JÚRI

Barbara Maria de Oliveira Vilella, Thainá Arcanjo da C. Silva

Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP. E-mail: barbara-vilella@hotmail.com.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a forma como a rede midiática é utilizada nos dias atuais, e como a mesma controla as informações proliferadas à sociedade, e em especial, como tratado neste estudo, ao grande júri. Apesar de tratar-se de um assunto pouco comentado, é indiscutível o poder existente e a velocidade com que as mensagens são transmitidas por esse meio. No entanto, muitas das mensagens veiculadas pendem a ser tendenciosas, pois coletam alguns dados, que apesar de possuírem alguma verdade, estão incompletos, logo, não se pode formular uma opinião concreta e justa a respeito do assunto tratado. E após isto, os meios de difusão de informação, proliferam a sua própria verdade, tendo a como absoluta, e devido à força de alcance que obtém, esses fatos podem modificar a opinião das pessoas, fazendo com que as mesmas não se importem muito, e até mesmo desconsiderem outros fatos, apesar de serem concretos, e consistentes.

Palavras-chave: Mídia, Júri, Informação, Poder, Injusto.

THE MEDIA INFLUENCE UNDER HE GRAND JURY

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the way in which the media network is used in the present day, and how it controls the information proliferated to society, and in particular, as treated in this study, to the grand jury. Although this is an uncommented issue, the existing power and the speed with which the messages are transmitted in this way is undeniable. However, many of the messages conveyed are biased, because they collect some data, although they have some truth, they are incomplete, so it is not possible to formulate a concrete and fair opinion about the matter dealt with. And after that, the media of dissemination of information, proliferate ther own truth, having to as absolute, and because of the range that it obtains, these facts can change the opinion of the people, making them not care much, and even disregard other facts, though they are concrete and consistent.

Keywords: Media, Grand Jury, Information, Power, Unfair.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido acerca da influência da mídia em grandes julgamentos que envolvem crimes dolosos contra a vida e sobre os impactos que estes casam no meio social ao reproduzir notícias com conteúdos sem embasamentos jurídicos.

Destaca-se nesse artigo, a influência que a mídia exerce, pois com a disseminação de notícias que abrangem o meio jurídico, estas podem afrontar princípios do Direito Penal em determinados casos e julgamentos complexos.

Dentro deste tema específico, outro ponto de relevância trata-se de casos reais no qual sofreram pela influência negativa e antecipada da mídia, pois como é de conhecimento geral, o Tribunal do Júri é composto por cidadãos que possuem o livre acesso às informações, munindo-se de notícias sensacionalistas. Seguindo este raciocínio, discorre Gabriel Chalita (2004):

O convencimento por meio da sedução é uma arte capaz de validar argumentos bastante variados. No caso do tribunal do júri, o núcleo do debate entre acusação e defesa é provar se o réu representa ou não um risco a sociedade; convencer o júri a decidir de uma ou de outra forma é o objetivo mais relevante no discurso de cada parte.

O objetivo deste estudo foi abordar este tema mais a fundo e quais são as influências da mídia no Tribunal do Júri.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizado o método dedutivo. Examinou-se, também, casos nos quais houveram grande aclamação popular envolvendo as redes midiáticas em processos que seriam julgados pelo Tribunal do Júri.

Casos estes como Nardoni, Elisa Samudio, Daniela Perez, e até mesmo Suzane Richthofen, sendo estes os quais durante seu percurso processual a mídia noticiou todas as minúcias encontradas, expondo os envolvidos e formulando sua própria opinião e transmitindo-a para os telespectadores.

Portanto, a técnica utilizada foi a de pesquisa bibliográfica, documental, de livros jurídicos de renomados autores da atualidade, consulta em sites da internet e artigos científicos. Para tanto, este artigo contém, inicialmente, uma abordagem geral a respeito da influência midiática sob o Júri. Após, transcrições de casos concretos conhecidos devido à sua repercussão na mídia nacional, e por fim uma reflexão sobre o impacto desta prática no mundo jurídico.

RESULTADOS

Com relação ao tema arguido acima, expõe-se agora jurisprudências a fim de comprovar o estudo feito acerca do tema, no que tange as reportagens noticiadas pela mídia e o parecer de jurados e magistrados no final do caso.

Caso Richthofen:

VISTOS.

Submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri, o Conselho de Sentença houve por bem:

Ré: SUZANE LOUISE VON RICHTHOFEN

1. Em relação à vítima Manfred Albert Von Richthofen, por unanimidade foi reconhecida a materialidade do delito e, por maioria a coautoria do homicídio.

Por maioria de votos, negaram que a ré tivesse agido em inexigibilidade de conduta diversa, bem como, também por maioria, negaram tivesse agido sob coação moral e irresistível.

Por maioria de votos, reconheceram a qualificadora relativa ao motivo torpe e, por unanimidade reconheceram as qualificadoras do recurso que impossibilitou a defesa da vítima e do meio cruel e, ainda, por maioria, as atenuantes existentes em favor da acusada.

2. Vítima Marísia Von Richthofen: por maioria foi reconhecido a materialidade do delito de homicídio e, também por maioria reconheceram a coautoria, sendo negada a tese da inexigibilidade de conduta diversa, por maioria de votos, assim como, a tese relativa a coação moral e irresistível.

Por maioria de votos, reconheceram a qualificadora relativa ao motivo torpe e, por unanimidade reconheceram as qualificadoras do recurso que impossibilitou a defesa da vítima e do meio cruel e, ainda, por maioria, as atenuantes existentes em favor da acusada.

3. Por maioria de votos foi reconhecida a coautoria do crime de fraude processual e também as circunstâncias atenuantes existentes em favor da acusada.

Pelos homicídios praticados contra Manfred Albert Von Richthofen e Marísia Von Richthofen, somam-se, ficando a ré SUZANE LOUISE VON RICHTHOFEN, condenada à pena de trinta e nove anos de reclusão e seis meses de detenção, bem como, ao pagamento de dez dias-multa no valor já estabelecido, por infração ao artigo 121, §2º, inciso I, III e IV (por duas vezes) e, artigo 347, parágrafo único, c.c. artigo 69, todos do Código Penal.

(Juiz Presidente ALBERTO ANDERSON FILHO, sala das deliberações do Primeiro Tribunal do Júri, plenário 8. 2006)

Agora seguem manchetes de reportagem sobre o caso:

No rastro de Suzane – Sexo, drogas e brigas familiares na história da menina meiga que tramou a morte dos pais. ÉPOCA NOTÍCIAS. 2002.

Suzane von Richthofen deve ter direito à saída temporária no Dia das Mães e dos Pais? R7. 2018.

Caso Daniela Perez:

Diante destas circunstâncias, onde se acentuam intenso grau de culpabilidade, impõe-se uma resposta penal condizente com a exigência da necessidade e suficiência para a reprovação e prevenção do crime (...) O acusado, em que pese sua personalidade antes retratada é primário. Nestas condições fixo a pena base em dezenove anos de reclusão tornando-a definitiva, ante a ausência de circunstância legal ou causa especial que justifique sua alteração.

(Juiz Presidente JOSÉ GERALDO ANTÔNIO. Publicada na Sessão Plenária do Rio de Janeiro. 1997).

Reportagens acerca do ocorrido:

‘Filho não se conjuga no passado’, diz Gloria Perez ao lembrar morte de Daniella. F5 – FOLHA DE SÃO PAULO. 2017.

Vídeo Show comove a internet com homenagem a Daniella Perez. UOL. 2017.

Assassinato de Daniella Perez foi traumático. FOLHA DE SÃO PAULO. 2016.

Dessa forma, foi possível constatar que a mídia toma para si a prerrogativa de julgar, e utiliza seu poder de alcance para condenar, antes do resultado do Poder Judiciário – o qual a função pertence – influenciando os jurados leigos que integram a instituição do Tribunal Popular. Observa-se, ainda, que a mídia não interfere somente nos processos do Júri, mas também na legislação penal. Com relação aos casos criminais movimentados pela mídia, salienta Yabiku:

Esses anseios – muitas vezes, não pautados pela racionalidade, mas pelas paixões do momento – têm poder de mobilização fortíssimo. A violência e a ameaça de ser vítima dela são motivos muito fortes, ainda mais com a dramatização proposta pelos meios de comunicação social. O medo da morte violenta e da ação dos delinquentes, que não respeitam as Leis e as convenções sociais, exige uma resposta, mesmo que seja simbólica e ilusória para subsidiar os populares de alguma sensação de segurança. Ainda que esse anseio por uma sensação de segurança tenha como resposta uma legislação rígida e mal- formulada, passível de manipulação político-eleitoral. O resultado é a fomentação de uma política criminal de recrudescimento do Direito Penal e do Direito Processual Penal, como se pode observar.

Esta colocação foi elencada acima com o propósito de expor que a mídia é capaz de intervir até mesmo no Legislativo, então isso não os impedem de fazer o mesmo com jurados imperitos e desconhecidos das normas jurídicas, e influenciados por dramatização excessiva jornalística.

DISCUSSÃO

Em um Estado Democrático de Direito busca-se, com frequência, a justiça social. E utilizando-se deste preceito, é alegada a liberdade de expressão para difundir opiniões próprias sobre a concepção particular de cada um. É de conhecimento geral, em nosso país, que a mídia tem grande influência no dia a dia da sociedade, desempenhando papel importante na divulgação de informações, e consequentemente na formação de opiniões públicas. Porém, diversas vezes a divulgação de matérias e notícias acerca de fatos ocorridos no meio jurídico, como delitos, e acabam por interferir no julgamento.

É possível identificar a influência da mídia principalmente no ramo do Direito Penal, no qual podemos destacar como ponto principal, o Tribunal do Júri.

Ao disseminar as ocorrências criminais, a mídia imprime em seus conteúdos informações que levam o público a acreditar que o até então acusado de um delito merece tal condenação. Não é incomum os casos em que o pré-julgamento formado pela opinião pública é presente antes mesmo de uma sentença formalizada. Casos esses que ficaram marcados na história, tais como o assassinato da Isabella Nardoni, onde a revolta gerada através do conteúdo liberado pela mídia, influenciaram fortemente na opinião pública.

Dispõe sobre o ocorrido, Cunha (2012):

Como visto, a imprensa pode formar o convencimento daquele expectador que será mais tarde membro do conselho de sentença. Ao fazer afirmações categóricas sobre a existência do crime, sua autoria, perversidade e necessidade de imposição de duras penas, a impressão trazida pela mídia, produz mais efeito do que as provas produzidas e levadas pelas partes ao plenário.

Com base no apelo referenciado pela mídia, o judiciário começou a produzir soluções rápidas, através da criação de leis, no entanto, as mesmas são mal elaboradas e possuem pouca empregabilidade.

Tendo em vista que a propagação da informação chega até o indivíduo de forma superficial, ou seja, sem embasamentos, é possível compreender que os conteúdos – muita das vezes sensacionalistas – prejudicam, pois além de poder ocasionar a criação de novas leis ou alterar as já existentes, interfere também em algo que deveria possuir imparcialidade, por sua vez se torna parcial, fazendo o seu próprio julgamento sem o direito ao exercício da ampla defesa ou até mesmo o contraditório daquele que está sendo acusado.

Sobre o tema, expressa Evaristo de Moraes:

Repórteres e redatores de jornais, iludidos pelas primeiras aparências, no atabalhoamento da vida jornalística, cometem gravíssimas injustiças, lavram a priori

sentenças de condenação ou absolvição, pesam na opinião pública e têm grande responsabilidade pelos veredictos. (MORAIS, 2005, p. 19).

Vários são os exemplos de crimes divulgados pela mídia, dentre eles o caso Daniela Perez:

Um outro caso que foi veiculado em todos os meios de comunicação, e que chocou a sociedade da época e que até os tempos atuais é recordado, refere-se ao assassinato da atriz Daniela Perez, no dia 28/12/1992, por seu colega de trabalho, o também ator Guilherme de Pádua e sua mulher, Paula Thomaz, com dezoito golpes de tesoura e o uso de uma chave de fenda. No dia 29/01/1997, depois de ocorrido o julgamento do acusado, os noticiários já informavam que o acusado já era um condenado antes de sentar no banco dos réus. A jovem atriz faleceu com 22 anos de idade, no auge de sua carreira, sendo que sua mãe era conhecida no meio artístico, por tratar-se de uma escritora de novela, gerando um intenso furor e comoção popular, ocupando por anos, um longo espaço de tempo das manchetes jornalísticas em relação ao caso. Foi nesse contexto, que a genitora da vítima colher 1,3 milhões de assinaturas para a aprovação de um projeto de lei com o objetivo de incluir o homicídio qualificado no rol dos crimes hediondos, o que foi positivado através da Lei 8.930/94. (SOUZA E FERREIRA, 2012, p. 371).

No que se refere ao Tribunal do Júri, tal apontamento diz respeito sobre inúmeros casos em que a opinião já formada por então jurados escolhidos para os casos têm grande peso na hora do Estado punir um acusado pela realização de um crime doloso contra a vida.

Nesses casos, a mídia objetiva tão somente a manipulação de informações subjetivamente lançadas a população. Considerando que os jurados escolhidos ao serem expostos a tais informações recebidas através dos meios de comunicação são sensibilizados e levados a acreditar naquilo que está diante deles como sendo único e verdadeiro fato.

Lauria Tucci citando o jurista Márcio Thomas Bastos, ex-ministro da Justiça, asseverou que:

(...) suponhamos que no júri dos supostos assassinos de Daniela Perez um ou dois mais réus fossem inocentes. Ele, ela, ou eles teriam alguma chance de absolvição, depois da operação de 'linchamento' montada pela mãe da vítima com o apoio da Rede Globo e de toda a mídia nacional? Claro que a resposta é negativa. (TUCCI, 1999, p. 42).

É imprescindível, assim, que se necessário, o magistrado deverá regular o exercício do direito de liberdade de expressão, para assim preservar o bem jurídico pleiteado, não interferindo no princípio da presunção de inocência e do devido processo legal, restando aos jurados, o veredicto embasado somente nos fatos apresentados durante a o julgamento, e nada além destes.

CONCLUSÃO

Mediante o exposto, objetiva-se que a influência da mídia sob os integrantes do júri e à sociedade, apesar de ser um tema polêmico, é de extrema necessidade que seja discutido para que uma mudança positiva seja realizada com o intuito de reduzir sua ocorrência. Pois como exposto no trabalho, trata-se de vidas, e em especial de justiça.

Vale ressaltar que, não houve intenção de desmerecer ou desprestigiar a instituição do Júri no Brasil, este trabalho tem como único objetivo explicar a importância da observância das regras instituídas pelo mesmo, para que seja assegurado a justiça no âmbito jurídico, de forma imparcial.

Em virtude dos fatos mencionados, é-se levado a acreditar que os veículos transmissores de mensagens ao proliferar dados técnicos, e informações confidenciais obtidas em suas investigações, desrespeitam os órgãos judiciais, os membros do júri, os envolvidos no caso e manipulam a sociedade.

No entanto, é imprescindível que os consumidores destas redes midiáticas deem um basta nas proliferações das informações, do contrário, estes meios de comunicação social seguirão em transmitir e pregar os males que acometem a sociedade com sua versão dos fatos.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Edgard de Moura. A instituição do júri. São Paulo: Saraiva, 1939.

CHALITA, Gabriel. A sedução no discurso. 2. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

CUNHA, Luana Magalhães de Araújo. Mídia e Processo Penal: a influência da imprensa nos julgamentos dos crimes dolosos contra a vida à luz da Constituição de 1988. Revista Brasileira de Ciências Criminais. Nº 94. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

JURISPRUDÊNCIA. Sentença Daniella Perez. Disponível em: <<http://www.daniellaperez.com.br/?p=51>>. Acesso em agosto de 2018.

JURISPRUDÊNCIA. Sentença Suzane Louise von Richthofen. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI27826,101048-Integra+da+sentenca+que+condenou+Suzane+von+Richthofen+e+os+irmaos>>. Acesso em agosto de 2018.

MARX, Karl. Liberdade de Imprensa. L&PM Pocket, vol. 176. 2006.

MARQUES, José Frederico. A instituição do júri. Campinas: Bookseller, 1997.

PRADO, Geraldo Luiz Mascarenhas. Opinião Pública e Processo Penal. Boletim Legislativo Adcoas, Rio de Janeiro, ano 28, n. 30, 1994.

REPORTAGEM. Daniella Perez. Disponível em: <<https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2017/12/filho-nao-se-conjuga-no-passado-diz-gloria-perez-ao-relembra-morte-de-daniella.shtml>>. Acesso em agosto de 2018.

REPORTAGEM. Daniella Perez. Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/social1/2017/12/28/video-show-comove-internet-com-homenagem-daniella-perez/>>. Acesso em agosto de 2018.

REPORTAGEM. Daniella Perez. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/09/1814528-assassinato-de-daniella-perez-foi-traumatico.shtml>> Acesso em agosto de 2018.

REPORTAGEM. Suzane Louise von Richthofen. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT449819-1653-1,00.html>>. Acesso em julho de 2018.

REPORTAGEM. Suzane Louise von Richthofen. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/prisma/coluna-do-fraga/suzane-von-richthofen-deve-ter-direito-a-saida-temporaria-10052018>>. Acesso em agosto de 2018.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

YABIKU, Roger Moko. Um estudo de caso sobre a progressão de regime nos crimes hediondos: O HC Nº 82.959-7 e a imprensa. In Jus.com.br, 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8273/um-estudo-de-caso-sobre-a-progressao-de-regime-nos-crimes-hediondos>>. Acesso em setembro de 2018.